Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 103

n. 185

São Paulo

sexta-feira, 1º de outubro de 1993

PODER EXECUTIVO

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 729, DE 30 DE SETEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a retribuição dos Engenheiros, Arquitetos, Engenheiros Agrônomos e Assistentes Agropecuários, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º — Os valores dos vencimentos e salários dos servidores ocupantes de cargos e funções-atividades integrantes das séries de classes de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo e Assistente Agropecuário, de que trata o § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 540, de 27 de maio de 1988, ficam fixados de acordo com as Escalas de Vencimentos do Anexo desta lei complementar.

§ 1º — A Gratificação Especial atribuída pelo inciso I do artigo 13 da Lei Complementar nº 677, de 3 de julho de 1992, aos integrantes das séries de classes Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo e Assistente Agropecuário, fica absorvida nos valores das Escalas de Vencimentos de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º — Sobre os valores constantes das Escalas de Vencimentos aludidas neste artigo incidirão os índices de reajuste geral concedidos aos servidores públicos a partir de 1º de março de 1993.

Artigo 2º — O servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ocupante de função-atividade pertencente às séries de classes de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo e Assistente Agropecuário, de que trata a Lei Complementar nº 540, de 27 de maio de 1988, que, em virtude de decisão judicial transitada em julgado, proferida com fundamento na Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, e legislação posterior, faz jus ao recebimento

de quantia decorrente do cumprimento do julgado, passará a percebê-la sob o título de "Salário-Complemento".

Artigo 3º — Ao servidor titular de cargo de provimento efetivo pertencente às séries de classes de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo e Assistente Agropecuário, a que alude a Lei Complementar nº 540, de 27 de maio de 1988, bem como ao servidor extranumerário e ao servidor regido pela Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974, fica estendido o "Salário-Complemento" de que trata esta lei complementar:

I — em 1º de março de 1993, a quantia resultante da aplicação do percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento fixado, no referido mês, para a classe em que estiver enquadrado, observada a jornada de trabalho a que estiver sujeito;

II — em 1º de abril de 1993, a quantia resultante da aplicação do percentual de 60% (sessenta por cento) sobre o vencimento fixado, no referido mês, para a classe em que estiver enquadrado, observada a jornada de trabalho a que estiver sujeito;

III — a partir de 1º de maio de 1993, a quantia resultante da aplicação do percentual de 91,69% (noventa e um inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) sobre o vencimento fixado, nos respectivos meses, para a classe em que estiver enquadrado, observada a jornada de trabalho a que estiver sujeito.

Artigo 4º — Ao servidor integrante das séries de classes de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro-agrônomo e Assistente Agropecuário, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, não abrangido pelo artigo 2º, aplica-se, nas mesmas bases e condições, o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único — Na hipótese de o servidor de que trata este artigo vir a fazer jus, em virtude de decisão judicial transitada em julgado, proferida com fundamento na Lei federal nº 4950-A, de 22 de abril de 1966, e legislação posterior, ao recebimento de quantia decorrente do cumprimento do julgado, receberá essa quantia sob o título de "Salário-Complemento", nos termos do artigo 2º, ficando automaticamente nela absorvidos os valores percebidos sob o mesmo título, na conformidade do "caput" deste artigo, aplicando-se-lhe o disposto no artigo 5º desta lei complementar.

Artigo 5º — Aos servidores abrangidos pelo artigo 2º fica assegurada a percepção do "Salário-Complemento" em valores não inferiores aos dos limites apurados nos termos do artigo 3º desta lei complementar.

§ 1º — Se o valor do "Salário-Complemento" dos servidores aludidos no "caput" deste artigo for inferior, nos respectivos meses, aos limites fixados no artigo 3º desta lei complementar, será paga, sob o mesmo título, a quantia que faltar para atingir esses limites.

§ 2º — O disposto neste artigo aplica-se na hipótese de alteração dos limites a que se refere o artigo 3º desta lei complementar, observados os termos e condições ora estabelecidos.

Artigo 6º — Sobre o valor do "Salário-Complemento" de que trata esta lei complementar, incidirão, quando for o caso, as seguintes vantagens pecuniárias:

I — adicional por tempo de serviço, de que trata o artigo 129 da Constituição do Estado;

II — sexta-parte, de que trata o artigo 129 da Constituição do Estado;

III — gratificação "pro labore", a que alude o artigo 13 da Lei Complementar nº 439, de 26 de dezembro de 1985 e o artigo 13 da Lei Complementar nº 383, de 28 de dezembro de 1984, com a redação dada, respectivamente, pelos artigos 9º e 10 da Lei Complementar nº 540, de 27 de maio de 1988.

Artigo 7º — O "Salário-Complemento", de que tratam os artigos 2º e 3º desta lei complementar, será computado para fins de:

I — cálculo de décimo-terceiro salário, na conformidade do disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 644, de 26 de dezembro de 1989;

II — cálculo de férias e de 1/3 (um terço) de férias anuais;

III — cálculo de retribuição global mensal, de que cuida o artigo 17 da Lei nº 6995, de 27 de dezembro de 1990 e alterações posteriores;

IV — cálculo dos décimos a que se refere o artigo 133 da Constituição do Estado de São Paulo;

V — aplicação do artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

Artigo 8º — Aplica-se aos servidores abrangidos por esta lei complementar o limite máximo de retribuição global mensal fixado em lei, nos termos do inciso XII do artigo 115 da Constituição Estadual, observado o disposto no artigo 17 da Lei nº 6995, de 27 de dezembro de 1990.

Artigo 9º — O disposto nesta lei complementar aplica-se, no que couber, aos inativos e pensionistas.

Artigo 10 — As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar serão cobertas com as dotações próprias do orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o corrente exercício, créditos suplementares até o limite de Cr\$ 534.000.000.000,00 (quinhentos e trinta e quatro bilhões de cruzeiros), mediante a utilização de recursos nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Artigo 11 — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 1993, ficando revogado o inciso I do artigo 13 da Lei Complementar nº 677, de 3 de julho de 1992.

Disposições Transitórias

Artigo 1º — Ficam integrados no sistema retributivo instituído pela Lei Complementar nº 540, de 27 de maio de 1988 e alterações posteriores, os servidores ocupantes de cargos ou funções-atividades de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, enquadrados na referência 2 da Escala de Vencimentos Nível Universitário do Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, na seguinte conformidade:

I — na série de classes de Engenheiro, os cargos e as funções-atividades de Engenheiro;

II — na série de classes de Arquiteto, os cargos e as funções-atividades de Arquiteto;

III — na série de classes de Engenheiro Agrônomo, os cargos e as funções-atividades de Engenheiro Agrônomo.

§ 1º — A determinação da classe decorrente da integração prevista no "caput" deste artigo far-se-á na seguinte conformidade:

1. nas classes de Engenheiro I, Arquiteto I e Engenheiro Agrônomo I: os enquadrados no grau A da respectiva referência;

2. nas classes de Engenheiro II, Arquiteto II e Engenheiro Agrônomo II: os enquadrados no grau B da respectiva referência;

3. nas classes de Engenheiro III, Arquiteto III e Engenheiro Agrônomo III: os enquadrados no grau C da respectiva referência;

4. nas classes de Engenheiro IV, Arquiteto IV e Engenheiro Agrônomo IV: os enquadrados no grau D da respectiva referência;

5. nas classes de Engenheiro V, Arquiteto V e Engenheiro Agrônomo V: os enquadrados no grau E da respectiva referência;

6. nas classes de Engenheiro VI, Arquiteto VI e Engenheiro Agrônomo VI: os enquadrados no grau F da respectiva referência.

§ 2º — Se, em decorrência da aplicação do disposto no parágrafo anterior, resultar enquadramento do cargo ou da função-atividade em classe cujo vencimento, em 1º de março de 1993, seja inferior à quantia resultante da soma do valor do padrão, da gratificação especial instituída pela Lei nº 7.795, de 8 de abril de 1992, da parcela correspondente a 1/2 (um meio) do valor da gratificação concedida a 1º de janeiro de 1993, bem como da vantagem pessoal decorrente de enquadramento no Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, a que o servidor estiver fazendo jus em 1º de março de 1993, enquadrar-se-á o cargo ou a função-atividade na classe cujo vencimento seja de valor imediatamente superior àquela quantia.

§ 3º — Se, da aplicação do disposto no parágrafo anterior, resultar ainda retribuição mensal superior à fixada para a última classe da respectiva série de classes, ficará assegurada, como vantagem pessoal, a diferença entre esses valores.

§ 4º — Sobre o valor da vantagem pessoal apurado nos termos do parágrafo anterior incidirão apenas os índices de reajuste geral concedidos aos servidores públicos.

Artigo 2º — O disposto no artigo anterior aplica-se, nas mesmas bases e condições, aos cargos e às funções-atividades de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo pertencentes aos Quadros das Autarquias, aos Quadros Especiais instituídos pelo artigo 7º da Lei nº 119, de 29 de junho de 1973, sob a responsabilidade da Secretaria de Energia; pelo artigo 7º da Lei nº 10.430, de 16 de dezembro de 1971; pelo inciso I do artigo 1º do Decreto nº 24.960, de 10 de abril de 1986, sob a responsabilidade da Secretaria da Fazenda; pelo artigo 3º da Lei nº 6.470, de 15 de junho de 1989, sob a responsabilidade da Secretaria de Esportes e Turismo, bem como aos pertencentes à Parte Especial do Quadro da ex-autarquia Instituto de Pesquisas Tecnológicas, sob a responsabilidade da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Artigo 3º — Os títulos dos servidores abrangidos pelos artigos 1º e 2º destas disposições transitórias serão apostilados pelas autoridades competentes.

AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 1º de outubro — Sexta-feira

- 9h30 Major Brigadeiro-do-Ar Walter Werner Brauer, Comandante do IV Comar.
- 10h30 Cerimônia de Assinaturas de Atos nas Áreas de Transportes Ferroviário, Metropolitano e Rodovia Federal. Praça da Luz. 1 - Estação da Luz.
- 12h Sr. Luciano do Valle.
- 16h Secretários da Justiça e da Defesa da Cidadania, Dr. Antonio de Souza Corrêa Meyer; do Planejamento e Gestão, Dr. Ernesto Lozardo; da Fazenda em exercício, Dr. Cláudio Cintrão Forghieri, e de Relações do Trabalho, Deputado Milton Antonio Casquel Monti.
- 17h30 Senador Wilson Martins.

Seção I

Esta edição, de 112 páginas, contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias

Secretaria do Governo	7	Esportes e Turismo	38
Planejamento e Gestão	7		
Justiça e Defesa da Cidadania ..	7	Meio Ambiente	39
Criança, Família e Bem-Estar Social	8	Procuradoria Geral do Estado ..	41
Relações do Trabalho	9	Recursos Hídricos, Saneamento e Obras	42
Segurança Pública	9	Universidade de São Paulo	42
Administração Penitenciária	10	Universidade Estadual de Campinas	42
Fazenda	11	Universidade Estadual Paulista	42
Agricultura e Abastecimento	18	Ministério Público	43
Educação	20	Tribunal de Contas	47
Saúde	23	Editais	52
Energia	27	Concursos	54
Transportes	37	Assembléia Legislativa	79
Administração e Modernização do Serviço Público	38	Diário dos Municípios	108
Cultura	38		
Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	38	Ministérios e Órgãos Federais	112